

Povos indígenas na região metropolitana de São Paulo: lutas e resistências no espaço urbano

Indigenous peoples in the metropolis of São Paulo: struggles and resistances in urban space

Robson da Silva Oliveira¹
Daniela dos Reis Chagas²

Resumo

O presente artigo tem o objetivo de discorrer sobre a existência e resistência dos povos indígenas que vivem nos espaços urbanos, bem como refletir sobre o que as populações originárias podem ensinar à sociedade não indígena com suas lutas e estratégias de organização e enfrentamento ao sistema capitalista. Para isto, apresentamos duas realidades presentes na região metropolitana de São Paulo e que a Pastoral Indigenista da Arquidiocese de São Paulo e o Conselho Indigenista Missionário – Regional Sul acompanham e apoiam: a existência da Aldeia Multiétnica Filhos desta Terra, localizada no bairro Cabuçu, município de Guarulhos, onde atualmente vivem indígenas de diversos povos, e a luta dos povos guarani mbyá da Terra Indígena Jaraguá pela preservação de seus territórios e cultura. Este estudo foi produzido por meio de levantamento bibliográfico e documental.

Palavras-chave

Povos indígenas. Guarani mbyá. Resistência. Aldeia multiétnica. Contexto urbano.

Abstract

This article aims to discuss the existence and resistance of indigenous peoples who live in urban spaces, as well as reflect on what native populations can teach non-indigenous society with their struggles and strategies for organizing and confronting the capitalist system. For this, it will show two realities present in the metropolitan region of São Paulo and that the Indigenist Pastoral of the Archdiocese of São Paulo and the Southern Regional Indigenous Missionary Council accompany and support: The existence of the Multiethnic Village Sons of this Earth, located in the Cabuçu neighborhood, municipality of Guarulhos, where indigenous folk of different nation currently live, and the struggle of the Guarani Mbyá peoples of the Indigenous Land Jaraguá for the preservation of their territories and culture. This study was produced through a bibliographic and documentary survey.

Keywords

Indigenous peoples. Guarani Mbyá. Resistance. Multiethnic village. Urban context.

¹ Mestre em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP). Licenciado em História pela UNIVAP. Agente de pastoral do Centro MAGIS Anchietaum. Contato: robs_pjsjc@hotmail.com.

² Especialista em Cidades, Planejamento Urbano e Participação Popular pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e em Políticas e Práticas da Promoção Social pela Faculdade Paulista de Serviço Social (FAPSS). Bacharel em Serviço Social pela Universidade Cidade de São Paulo (UNICID). Servidora da Prefeitura Municipal de São Paulo. Contato: danirchagas31@gmail.com.

INTRODUÇÃO

As populações indígenas residentes em São Paulo vivem nas mais diversas situações. De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em seu último censo demográfico, em 2010, o estado de São Paulo, conta com uma população de 41.794 mil pessoas autodeclaradas indígenas, distribuídas em suas cidades (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2012, p. 11).

Na cidade de São Paulo, também segundo o censo demográfico de 2010, temos mais de 12,9 mil indígenas de mais de 52 etnias³ habitando a Grande São Paulo, tornando a cidade o quarto município em população autodeclarada indígena (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2012, p. 15).

Há, por exemplo, o povo guarani mbyá, que vive nas terras indígenas em Parelheiros, Tenondé Porã, extremo Sul da cidade, e no Jaraguá, no noroeste da cidade, e lutam pela preservação de seus territórios e de sua cultura, enfrentando as ameaças do poder econômico, da urbanização e do Estado neoliberal. Atualmente, são 14 *tekoa*⁴ segundo o IBGE. Em 2010, eram 1.711 guarani mbyá vivendo nas extremidades da cidade de São Paulo.

Outra situação diz respeito à presença de outras populações indígenas, muitas oriundas dos estados do Nordeste, que migraram em meados da década de 1950, como trabalhadores da construção civil. Foram milhares de indígenas, de vários povos, que vítimas de conflitos fundiários em seus territórios, ou buscando meios de sobrevivência, migraram para a metrópole de São Paulo. Vivem hoje nos mais variados bairros e municípios da Grande São Paulo, muitas vezes de forma precária e com muita resistência lutam para manter suas tradições e culturas.

Desses, o exemplo talvez mais conhecido é o povo pankararu, instalado na região do Morumbi, zona sul de São Paulo, que hoje vive no conjunto habitacional Real Parque,⁵ antiga favela da Mandioca. Ao longo de décadas, os pankararu organizaram-se e conseguiram resgatar seu modo de vida tradicional, construindo uma organização própria e lutando pela garantia de seus direitos indígenas, mesmo longe da aldeia de origem. Atualmente, o Real Parque possui mais de 570 famílias da etnia pankararu e que com muita articulação e reivindicação, conseguiram levar políticas públicas de atenção indígena aos seus moradores, como a unidade básica de saúde indígena.⁶

³ São elas: aranã, atikum, baniwa, cinta larga, fulni-ô, geripankó, guajajara, guarani kaiowá, guarani mby'a, guarani nhamdeva, kaimbé, kaingang, kalapalo, kambiwá, kamayurá, kanela, kantaruré, kapinawá, karajá, kariri, kariri – xocó, katokim, kaxinawá, kayabi, kayapó, krenak, la klãnõ, macuxi, munduruku, mura, nhambiquara, pankará, pankararé, pankararu, pataxó, pataxó hã hãe, potiguara, puri, tapeba, terena, ticuna, tremembé, truká, tukano, tuxá, tuyuka, wassu cocal, xavante, xerente, xukuru de ororubá (município de Pesqueira, Pernambuco), xukuru – kariri – e yanomami (ÍNDIOS NA CIDADE, 2009).

⁴ O termo *tekoa* tem um sentido polissêmico ligado à terra, à natureza e às relações sociais, políticas e religiosas pelos grupos guarani. Abarca a noção de local onde se realiza o modo de ser. Pode ser definido como local onde se realizam as relações sociais entre as famílias extensas (TROQUEZ, 2006, p. 32).

⁵ Ao lado do conjunto habitacional há ainda famílias pankararu residentes na favela Panorama, em condições de moradia extremamente precarizadas.

⁶ Número de indígenas informado pela presidente da Associação SOS Pankararu, Clarice Josivânia da Silva em entrevista ao *SPI* em 19 de abril de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-caminhos-de-diálogo>, Curitiba, ano 10, n. 16, p. 100-112, jan./jan. 2022

Municípios da Grande São Paulo como Mauá, na região do ABC, Osasco e Guarulhos, também possuem uma concentração significativa de indígenas que chegaram nesse período. Guarulhos possui, segundo o censo de 2010, 1.434 indígenas e é a segunda cidade do estado com o maior número de presença indígena. São pertencentes aos povos pankararé, pankararu, wassu cocal, tupi, kaimbé, guarani nhandeva, geripanko, guajajara, xavante, pataxó hã hã hãe, kariri xocó, tupinambá de Olivença, xucuru de ororubá, fulni-ô, terena, tabajara e truká.

É importante ressaltar que muitas dessas populações enfrentam as tragédias sofridas pelas populações periféricas de um modo geral: desemprego, violência, condições precárias de habitabilidade, falta de assistência à saúde. Porém, estas dificuldades tornam-se ainda mais graves ao passarem pelo processo violento do etnocídio (e epistemicídio), quando lhes são negados o direito básico de serem reconhecidos como indígenas, pelo fato de não viverem nas aldeias. Ou ainda, quando são invisibilizados pela sociedade em geral e pelo Estado, que ignora (e opera uma invisibilização opressiva) a diversidade étnico-cultural da população.

1 A TERRA INDÍGENA JARAGUÁ: DA RETOMADA À RESISTÊNCIA

A Terra Indígena Jaraguá está localizada na região noroeste da metrópole paulistana, no município de São Paulo, engloba a *Tekoa Ytu*, o *Tekoa Pyau*, e *Tekoa Itakupe*, *Tekoa*, *Tekoa Ita Endy*, *Tekoa Yvy Porã* e *Tekoa Ita Vera*. A terra indígena é composta por cerca de 200 casas de pau a pique e cimento e é considerada a menor terra indígena do Brasil com 1,7 hectares (FARIA, 2015, p. 21).

Segundo Pimentel (2013), nos anos de 1950 residia nas localidades do Pico do Jaraguá o guarani Nhandeva André Samuel dos Santos e sua família, que mudaram para a região após conflitos com o Serviço de Proteção Indígena (SPI). Segundo André, o SPI queria mantê-los em um trabalho forçado e incompatível com o modo de vida, em uma aldeia no litoral. A partir daí, constituiu-se a aldeia Jaraguá, entre muitas outras aldeias livres, promovendo relações de troca entre os parentes do litoral e do planalto paulista.

A precedência de André Samuel e sua família no Jaraguá é confirmada pela cacique Jandira, da aldeia Tekoa Ytu da terra indígena Jaraguá, segundo a qual ele já morava há alguns anos na região quando ela, seu marido Joaquim e seus filhos para lá se mudaram, no início dos anos 1960 (PIMENTEL, 2013, p. 107).

A área que, segundo a cacique Jandira, era de uso e ocupação por parte dos guaranis, era bastante ampla, também de circulação livre, já que não existiam impedimentos físicos e que, na época, também não existia a atual Rodovia dos Bandeirantes e nem o Parque Estadual do Jaraguá, criado no ano de 1961. Também o território era bastante preservado, já que era quase inexistente a presença de outros ocupantes que afetassem o uso dos recursos naturais.

Dessa forma, os guarani mbyá de São Paulo passaram e passam por dois processos de regularização de suas terras. Um em 1987, e outro iniciado em 2012, ligados a contextos históricos diferentes e regulamentados por diferentes legislações. O primeiro ocorreu ao longo da década de 1980, por iniciativa do governo do estado de São Paulo, que instalou um processo de regularização das terras onde moravam os guarani:

Esses processos de regularização fundiária das terras indígenas da década de 1980 reconheceram principalmente os espaços nos quais estavam construídas as casas indígenas, e deixou de fora outros espaços usados por eles, como aqueles de coleta, da expansão e rotação de seus roçados, e aqueles com significado histórico e cosmológico para esse grupo. Situação que se agravou ainda mais com o crescimento da população indígena ao longo dos anos, uma vez que essas terras indígenas não ofereciam as condições necessárias para reprodução física e cultural dos guarani que ali viviam. (FARIA, 2015, p. 22).

Em 2013, os novos processos de demarcação da Terra Indígena Jaraguá utilizam os estudos de tradicionalidade que reconhecem seus direitos originários. Esse estudo é regulamentado pela constituição de 1988, pelo decreto nº 1.755 e de 8 de janeiro de 1986, que dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas, e pela portaria da Fundação Nacional do Índio (Funai) número 14, que estabelece as exigências sobre a elaboração de relatórios e identificação de terras indígenas. Esse processo ainda está em curso (FARIA, 2015, p. 22).

Em abril de 2013, foi publicada a portaria da Terra Indígena Jaraguá, com a área delimitada de 532 hectares que englobou a *Tekoa Ytu*, o *Tekoa Pyau*, e *Tekoa Itakupe* nos municípios de São Paulo e Osasco. No entanto, mesmo com o início do processo de regularização de suas terras, o reconhecimento pelo Estado, por meio da assinatura das portarias nº 581, de 29 de maio de 2015, não ocorreu, mantendo-se a ameaça de um conflito diante da tendência hegemônica de expropriação das terras indígenas pela lógica capitalista da terra.

Além disso, a aldeia Guarani Mbyá do Jaraguá passa por um processo de transformação decorrente do conflito entre a lógica da sociedade capitalista e a lógica da comunidade indígena. A primeira lógica produz tanto o seu espaço quanto o do outro. Sua hegemonia se revela na metrópole, principalmente pela constituição e expansão da propriedade privada, onde os muros se destacam na paisagem restringindo o acesso de quem está de fora e também daqueles que estão dentro, uma lógica que tende a cercar tudo, até mesmo as terras indígenas (FARIA, 2008, p. 2).

Um elemento muito importante no processo de constituição da Terra Indígena do Jaraguá se dá pela retomada do território. A retomada aparece como um produto da luta pela terra, diante de uma nova condição física e espiritual do povo indígena. Ela possibilita o reencontro com o uso pleno dos guarani de sua terra, para sua reprodução física e espiritual, da sua relação com a natureza. Jera, uma liderança indígena da atual Terra Indígena Tenondé Porã, relacionou o ato de retomar com o retorno das práticas que são imprescindíveis para a existência de seu povo.

A retomada para a maioria significa retornar de fato a fazer tudo aquilo que é importante na prática. Porque a gente estava retratando muitos aspectos da cultura guarani, principalmente o plantio, na oralidade. E de repente quando você tem essa área além de falar você vai mostrar para as crianças. Muitas crianças participaram desse trabalho de carpir, de limpar e plantar as sementes. Para mim, pessoalmente, é um destaque para a força dos guarani, porque meu povo é tido, e a gente mesmo fala que a gente é mais calmo, mais pacífico, mas a gente também tem força para fazer algo diferente. (OLIVEIRA, 2019, p. 115).

A retomada não se refere a algo recente, mas ela vem de uma ação contínua, historicamente construída pelos guarani mbyá, adquirindo conteúdos nos distintos momentos históricos, ligados à circulação e utilização dos territórios que em determinado momento foram-lhes retirados, buscando pelo processo da retomada, a ruptura da situação atual pela recuperação de seus territórios.

No entanto, ao resistir, retomar suas terras e formar novos *tekoa*, abre-se a possibilidade de uma nova ameaça ou tentativa de expropriação, principalmente pelas ações judiciais e, com isso, pelas ações de reintegração de posse contra os indígenas. Isto quer dizer que a retomada revela a resistência dos indígenas, mas traz sua negação com as ameaças de expropriação. Dentre as estratégias do projeto político e social dos guarani de retomada de suas terras, e para que não haja novas tentativas de expropriação, está o novo processo de demarcação das atuais terras indígenas Jaraguá e a aquisição de terras como compensação pelo impacto em suas terras e em seu modo de viver pelas grandes obras de infraestrutura. Isso traz as contradições em seu processo pelas formas de constituição (pelo Estado em terra indígena e pela lógica mercantil em reserva indígena), embora seus conteúdos, resultando dos usos dos guarani, garantam-lhes a autonomia de viver em suas terras conforme seu modo de ser/viver (*nhandereko*) – as terras são ocupadas pela lógica guarani, portanto subtraídas da lógica capitalista de ocupação (FARIA, 2015, p. 272-273).

Sendo assim, os guarani resistem por meio de sua permanência nas áreas de conflito, na retomada de seu território, e na luta pela demarcação de suas terras e para que também sejam monitoradas, de modo que garanta também sua proteção para evitar a destruição dos elementos naturais, por conta do aumento da mancha urbana, baseado no processo de periferização, e consequentemente ameaçando os guarani mbyá de terem suas terras expropriadas.

Deve-se ressaltar que a resistência pode ser entendida pelas mudanças estruturais na comunidade indígena, e até mesmo na sua forma de organizar no espaço, com base no fato de que as mudanças significam mudar para continuar a existir, mas também como um projeto que se opõe ao modelo capitalista. Pois “o possível é pensar, proclamar e querer o impossível, e sua estratégia é tornar possível o impossível de hoje.” (LEFEBVRE, 1973, p. 39, tradução nossa).⁷ Esse projeto não inclui só a demarcação das terras e o respeito aos seus territórios, mas, ao mesmo tempo, a procura da terra onde podem fazer a *nhandereko* (nosso jeito de ser) ou até encontrar a terra sem males, onde se pode viver e viver bem.

⁷ “Le possible est de penser, de proclamer et de vouloir l'impossible, et sa stratégie est de rendre possible l'impossible d'aujourd'hui.” (LEFEBVRE, 1973, p. 39).

Povos indígenas na região metropolitana de São Paulo

A resistência se torna inseparável da existência; com base nisso se compreende o processo de resistência dos guarani na cidade de São Paulo ao longo do último século, na aceção de sobrevivência ao processo de expropriação de suas terras e à não garantia jurídica de suas terras e direitos. Segundo Camila Salles de Faria:

Em São Paulo, em 1991 havia 4.690 indígenas, que passaram para 18.692 em 2000, e 12.977 em 2010, autodeclarados; o município configura-se como o quarto do Brasil com maior população absoluta de indígenas. Esses dados referem-se à população residente e recenseada em todo o município, havendo uma distinção e tratamento diferenciado, por parte do IBGE, para os indígenas que habitam as terras indígenas regularizadas: aqueles que moram em aldeias que estão em processo de demarcação juntam-se àqueles desaldeados que habitam suas casas na metrópole (2015, p. 212).

Faria compara os dados da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), que indicam que no município de São Paulo existem 2.702 indígenas cadastrados, revelando grande contradição e deficiência no tratamento e atendimento de saúde e no reconhecimento desses povos indígenas. Para a SESA, esses indígenas se dividem em 1.401 guarani, 1.021 pankararu, 137 pankarare e o restante divididos em 14 etnias. Em 2013, a SESA alterou os dados contabilizando em São Paulo 1.422 indígenas morando somente em três terras indígenas regularizadas, desconsiderando a grande população indígena inserida em bairros e nas periferias de São Paulo (FARIA, 2015, p. 212-213). Não basta que os indígenas tenham sobrevivido, mas que mantenham sua existência como indígenas em suas terras, orientados pela sua cultura e pelo modo de organizar e viver em seu território.

Como conteúdo da resistência que acentua o uso do território pelos indígenas, atualmente fragmentado, está a permanência que se revela no “ato de não ceder”, “não sair daquele lugar”, e que no atual processo de luta dos guarani pela terra traduz-se como “o ato de ficar em suas terras” (FARIA, 2015, p. 213), como declara o cacique Ari, da aldeia Tekoa Itakupe, na Terra Indígena Jaraguá:

Quando eu falo resistir, não quer dizer que vou enfrentar um policial com arma de fogo, porque nós não temos armas de fogo. A flecha diante de uma metralhadora e um fuzil, não vale nada. Resistir é assim, não sair. Agora se for para morrer... Se não for para ocupar vivo, vou morrer aqui dentro.⁸

A permanência se revela como persistência em cada momento ou elemento vindos do passado (LEFEBVRE, 1988, p. 117), mas não de um passado cristalizado, mas que ao longo da história incorpora novos conteúdos, ações e se articulam nos diferentes momentos históricos. O processo de luta pela terra indígena, que se dá na cidade de São Paulo, no Pico do Jaraguá, altera-

⁸ Em entrevista dada à *TV Carta Capital*, publicada em setembro de 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=i117feNSUz4>. Acesso em: 21 maio 2021.

se, absorve novos mecanismos e modos de resistir. A luta por seus direitos faz parte dos processos e estratégias de resistência.

A resistência não é cristalizada, ela é cotidiana, como afirma Scott (2004), se apresenta de várias formas, não necessariamente por meio de lutas, confrontos diretos, rebeliões ou revoltas, mas naquilo em que consiste e persiste o fundamento da existência guarani, pautando sua lógica de ocupação, de articulação, de manifestação dentro e fora do seu território, que revela assim a negação da lógica capitalista de ocupação (FARIA, 2015).

2 A ALDEIA MULTIÉTNICA FILHOS DESTA TERRA: A MESMA LUTA, DIVERSOS SABERES

Como estratégias de sobrevivência, organização e resistência das populações indígenas migrantes, muitas destas passaram a preservar suas tradições vivendo comunitariamente em regiões próximas às matas e nascentes da cidade. Um exemplo desse modelo de organização é a Aldeia Multiétnica Filhos desta Terra, nascida em outubro de 2017, após anos de articulação do movimento dos povos indígenas de Guarulhos, que reivindicavam seus direitos básicos, como saúde, educação, renda, moradia e a preservação de suas culturas. Diante da morosidade do poder público em atender suas demandas, os povos indígenas decidiram realizar uma retomada territorial de uma área de preservação ambiental localizada num bairro periférico do município e ali concretizar um projeto idealizado pelas lideranças indígenas que sonharam com um espaço multiétnico onde pudessem viver de modo tradicional.

O ato de retomar politicamente o território foi um grande marco para o movimento indígena do município e da metrópole de São Paulo e por isto, é recordado com muitos detalhes pelos primeiros moradores. Não se trata apenas de ocupar um espaço pelo direito à moradia, contra a especulação imobiliária e pela função social da propriedade, embora essa luta perpassasse estas pautas. Todavia, a retomada territorial dos povos indígenas de Guarulhos tem uma dimensão que envolve a cosmovisão indígena que concebe o espaço a ser ocupado como sagrado, numa relação não de domínio e exploração, mas de apropriação à natureza que os recebe. O ato de retomar politicamente o território foi um grande marco para o movimento indígena do município e da metrópole de São Paulo e por isto, é recordado com muitos detalhes pelos seus primeiros moradores e moradoras.

Durante os quatro anos de existência (2017-2021), os moradores da Aldeia Multiétnica Filhos desta Terra conseguiram levar o mínimo de infraestrutura ao lugar, como água encanada (por meio de um sistema próprio de ligação) e energia elétrica. Mas vale ressaltar que o acesso a esses recursos básicos não foi fácil. Um dos grandes desafios enfrentados foi no que tange à contaminação do solo. A região, embora seja área de preservação, não foi poupada pela problemática socioambiental do lixo urbano, tornando-se por algum tempo um aterro sanitário e um local de criação de porcos, afetando profundamente o solo e água daquela área. Em 2019, a Prefeitura Municipal de Guarulhos reconheceu a Unidade Básica de Saúde (UBS) Cabuçu como

Povos indígenas na região metropolitana de São Paulo

referência de saúde indígena, conforme portaria 137/2019. Assim como a UBS Soberana, localizada no bairro Cidade Soberana em Guarulhos (SP), essas unidades de referência passam a realizar o atendimento diferenciado às populações indígenas, considerando suas especificidades culturais. Atualmente, quatro anos depois da chegada dos indígenas no território, esses permanecem reivindicando ao poder público a garantia de seus direitos, como saúde especializada, educação e renda.

Em abril de 2021, um incêndio criminoso destruiu a Casa Tradicional da Aldeia Multiétnica Filhos desta Terra, causando grande insegurança e medo aos moradores do lugar.⁹ O crime provocou a organização dos indígenas para a construção de um novo espaço e outras atividades coletivas de melhorias da aldeia. Destaca-se o papel das mulheres indígenas enquanto as protagonistas dessa articulação.

Os povos originários, resistindo às políticas indigenistas integracionistas, permanecem reafirmando suas existências plurais. Contra o imaginário construído do “índio genérico”,¹⁰ cada povo busca preservar e resgatar os saberes ancestrais de sua etnia.

Viveiros de Castro (2006, p. 4) apresenta a mudança no projeto emancipatório do indígena, ocorrida após a constituição federal de 1988. Se antes o objetivo era individualizar o indígena, com a constituição, passou-se a concebê-lo como sujeito coletivo, como comunidade: “consagrou-se o princípio de que as comunidades indígenas constituem-se em sujeitos coletivos de direitos coletivos. O ‘índio’ deu lugar à ‘comunidade’ (um dia vamos chegar ao ‘povo’ – quem sabe)”.

Os povos originários que vivem nas cidades lutam cotidianamente para reafirmarem-se como indígenas e superar a concepção do “índio genérico”. O conceito de sujeito coletivo não enquadra-se no modelo neoliberal das metrópoles, que se caracteriza pelo paradoxo entre a supervalorização do indivíduo e a cultura massificadora. Nesse sentido, os povos indígenas construíram estratégias de sobrevivência e resistência nas cidades. Sobre isto, Rebutzi (2014) afirma que

A identidade do índio urbano é formada, alternadamente, por uma resistência à forma cultural total da modernidade e, ao mesmo tempo por uma incorporação de símbolos modernos, como os bens de consumo e as carreiras profissionais. Este duplo movimento assemelhava-se mais a uma tática do que a algum processo de aculturação ou perda de raízes, o que foi alardeado por certa antropologia em vista da expansão dos modos da vida urbanizados (2014, p. 80).

A organização política dos movimentos indígenas foi uma dessas estratégias utilizadas pelos indígenas residentes no município de Guarulhos. Em sua multiplicidade de povos, decidiram lutar por uma pauta comum: o acesso aos seus direitos básicos e ao direito de ser

⁹ Ver Conselho Indigenista Missionário (2021).

¹⁰ Uma imagem cristalizada de que os povos indígenas falam a mesma língua, têm a mesma crença e têm a mesma cultura, não levando em consideração a sua diversidade.

indígena. Essa luta por visibilidade e pela garantia de direitos gerou um modelo de organização interétnica diferenciado entre as populações originárias em contexto urbano. A idealização de um espaço em que as diferentes etnias pudessem conviver, preservando suas culturas, contribuindo com a preservação e educação ambiental e garantindo renda e subsistência às famílias indígenas, tornou-se um projeto concreto e viabilizado a partir dos diferentes saberes.

A existência de aldeias multiétnicas em contexto rural é histórica. Por exemplo, a aldeia Icatu, no oeste paulista, área criada pelo SPI com o intuito de acolher indígenas remanescentes de conflitos gerados pela expansão capitalista no interior paulista e pacificá-los. Ou as reservas indígenas de Dourados (MS), também criadas pelo SPI, com o objetivo de produzir homogeneidade cultural, a partir do processo integracionista, conforme política indigenista da época (1917).

Porém, ainda são tímidas as experiências de aldeias multiétnicas nos espaços urbanos. Essas possuem um objetivo diverso das aldeias e reservas multiétnicas existentes em contexto rural. Ainda que ambas sejam frutos do impacto capitalista sobre as populações originárias e seus territórios, as aldeias urbanas foram estratégias criadas pelos próprios indígenas num movimento oposto ao integracionismo. Uma das aldeias multiétnicas mais conhecidas do Brasil é a Aldeia Maracanã, localizada na metrópole do Rio de Janeiro. Trata-se de um símbolo importante de resistência por estar num prédio que abrigou o antigo Museu do Índio. Rebutzi (2014) a descreve como um microcosmo do movimento indígena:

Assim, supomos que o exemplo da Aldeia Maracanã funciona como um microcosmo do movimento indígena mais amplo, onde se defende simultaneamente o que é ser indígena para dentro (entre os índios) e para fora (na sociedade mais ampla). Ambas as dimensões são verdadeiramente importantes para compreendermos o que é o índio não arquivado, que busca seu direito de fala. (REBUZZI, 2014, p. 85).

Na metrópole de Belo Horizonte, a retomada indígena existente na cidade de São Joaquim das Bicas, foi provisoriamente uma retomada multiétnica, realizada em 2007, cuja ocupação ocorreu por iniciativa do povo puri, que acolheu posteriormente os povos pataxó, karajá e pataxó hãhãehãe. Entretanto, a experiência da convivência interétnica ocorreu por pouco mais de um ano. Posteriormente, a retomada veio a se tornar Aldeia Naô Xohã, permanecendo na localidade o povo pataxó hãhãehãe.¹¹

A Aldeia Multiétnica Filhos desta Terra formou-se a partir da construção coletiva dos povos tupi, pankararu, pankararé, kaimbé, guajajara, xucuru de ororubá, wassu cocal, kariri,

¹¹ A fazenda ocupada é atribuída ao multimilionário ligado à mineração e à especulação imobiliária, Eike Batista. A área retomada fica rente ao rio Paraopeba, que, em 2019, foi atingido com a lama tóxica após o crime/tragédia ambiental ocorrido na barragem do Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG). Portanto, a Aldeia Naô Xohã foi diretamente afetada, trazendo impactos desastrosos ao povo pataxó hãhãehãe que ali vive. Ver Baeta (2021).

pataxó e fulni-ô. Com exceção do povo tupi, cuja origem é da Mata Atlântica, os demais protagonistas da retomada territorial de Guarulhos são originários da região Nordeste.

Essas populações enfrentaram por muito tempo a invisibilidade de pesquisadores e órgãos indígenas, que não os reconheciam enquanto indígenas, os denominando “índios misturados”, não puros, assimilados, aculturados, remanescentes. Isso se deve ao contexto histórico das populações indígenas do Nordeste, cujo impacto da colonização e de políticas assimilacionistas do Estado as levaram à perda de seus territórios e à mestiçagem, já que tornou-se parte desse processo os casamentos interétnicos e a instalação de colonos brancos nos aldeamentos.

A partir da década de 1930, a política indigenista do Estado passou a demarcar terras e a implantar postos de atendimento visando assistir de modo tutelar e paternalista os povos indígenas do Nordeste. Esse processo de territorialização trouxe estruturas políticas e rituais específicos a cada grupo, ainda com grande influência do Estado, que permanecia sendo o topo na hierarquia política das estruturas criadas.

Pacheco (1998), sobre esse momento de territorialização e a busca pela superação da generalização dos “índios do Nordeste”, reflete que cada grupo étnico que surge nesse processo afirma-se segundo suas próprias crenças e interesses. Esse elemento é importante para compreender que não obstante suas características culturais comuns, cada grupo étnico ressignifica e reconstrói sua própria identidade.

O processo de territorialização não deve jamais ser entendido simplesmente como de mão única, dirigido externamente e homogeneizador, pois a sua atualização pelos indígenas conduz justamente ao contrário, isto é, à construção de uma identidade étnica individualizada daquela comunidade em face de todo o conjunto genérico de “índios do Nordeste”. Os pajés pankararu podem ensinar às comunidades de parentes desgarrados como se faz um “praiá” (cerimonial em que as máscaras dançam representando os “encantados”), mas cada nova aldeia (assim como cada grupo étnico dali surgido, como os pankararé, os kantaruré e os jeripancó) levantará sua própria casa dos praiá, instituindo sua própria galeria de “encantados” e instaurando uma relação específica com os “encantados” mais antigos. (PACHECO, 1998, p. 28).

Portanto, a luta pelo território e pela reafirmação étnica não é uma luta recente de grande parte das populações originárias que vivem nas cidades. Ao se pensar no movimento organizado pelos povos indígenas moradores de Guarulhos, pode-se afirmar que as trajetórias de seus antepassados foram marcadas pela resistência e pela constante busca pela preservação de suas culturas. E essas trajetórias estão profundamente ligadas às suas lutas contemporâneas.

Uma das dúvidas comumente apontadas ao se apresentar esse modelo diferenciado de organização dos povos indígenas como uma aldeia multiétnica diz respeito ao modo com que cada povo lida com a noção de hierarquia. Embora as lideranças indígenas sejam referências valorosas para as demais etnias, cada povo possui sua própria organização hierárquica. Portanto, para a formação de uma aldeia multiétnica foi preciso pensar numa estrutura de decisão e participação colegiada, em que não houvesse sobreposição de poderes. Se numa aldeia ou associação

específica de um determinado povo, o modo de planejar um espaço físico, plantar, relacionar-se com a sociedade não indígena e com os órgãos governamentais etc., possui regras e tradições próprias daquele povo, numa aldeia com diversos costumes e saberes, cada atividade e projeto, dos menores aos maiores, devem ser executados após consulta prévia a um colegiado.

É necessário, assim, uma ressignificação da identidade étnica a partir das relações sociais que surgem da convivência entre as diferentes etnias. Trata-se de um processo com muitos desafios, que exige de cada sujeito a capacidade de encontrar pontos de convergência, não obstante as diferenças que formam a multietnicidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As populações indígenas, em suas plurais concepções de mundo, carregam noções e formas diferenciadas de se relacionar consigo, com os outros e a natureza. É fundamental compreender a diversidade dos povos originários, que por muito tempo foram denominados “índios”, de modo a apagar a historicidade presente em cada povo e a generalizá-los, ignorando e massacrando a riqueza étnica desta diversidade. Contudo, há um elemento em comum entre os diversos povos que existem: recriam-se e resistem no país, no continente e em outras partes do mundo. A sacralidade da terra é a centralidade das lutas indígenas e é o que une povos dos mais diversos territórios e características étnicas, inclusive das populações originárias que vivem nas cidades.

O modo de ser e de estar no mundo dos povos originários se contrapõem ao modo capitalista de produção, que tem em sua base a propriedade privada e acumulação dos meios de produção. Não é possível explorar aquilo que é sagrado e que respira e pensa. Nos termos de Davi Kopenawa, xamã e diplomata yanomami: “Acho que vocês deveriam sonhar a terra, pois ela tem coração e respira” (2015, p. 468).

A iniciativa de um grupo de indígenas que vivem em contexto de metrópole que decide retomar um território outrora visto como local de descarte de resíduos, para recuperar um espaço onde pudessem viver suas culturas e tradições é um ato de insurgência diante da imposição de um modelo de vida massificador, baseado na supervalorização do indivíduo e no consumismo desenfreado. A insurgência dos povos originários manifesta-se também na própria existência e modo de vida do povo guarani, que resiste cotidianamente às ameaças contra seu território sagrado. No entanto, é diante dos conflitos e das resistências entre lógicas diferenciadas que os indígenas vão compondo parte dos conteúdos da periferia das metrópoles, o que revela que ela (periferia) não é homogênea, nem muito menos somente o refúgio dos “pobres”, mas é produto de explosão de diversos conteúdo. E é por essa razão que queremos motivar a pensar a complexidade da periferia e para as novas formas de pautar a presença e a luta/resistência dos povos indígenas em diversos contextos. ✨

REFERÊNCIAS

- BAETA, Alenice. Indígenas na cidade: memórias ‘esquecidas’ e direitos violados. **Ecodebate**. 27 abr. 2021. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2021/04/27/indigenas-nas-cidades-memorias-esquecidas-e-direitos-violados/>. Acesso em: 1 nov. 2021.
- BRINGENTI, Clovis Antonio; HECK, Egon Dionisio (Orgs.). **O movimento indígena no Brasil: da tutela ao protagonismo (1974-1988)**. Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2021.
- CHAGAS, Daniela dos Reis. **Terra, substantivo feminista: lutas e resistências na Aldeia Multiétnica Filhos desta Terra**. 2021, 105 f. Monografia (Especialização em Cidades, Planejamento Urbano e Participação Popular) – Instituto das Cidades, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2021.
- CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. Incêndio criminoso destrói construções tradicionais na Aldeia Multiétnica Filhos da Terra, em Guarulhos (SP). **Conselho Indigenista Missionário**, 6 abr. 2021. Disponível em: <https://cimi.org.br/2021/04/incendio-aldeia-multi-etnica-guarulhos/>. Acesso em: 20 nov. 2021.
- CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. Juventudes indígenas: contextos de luta e resistência. **YouTube**, 13 maio 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5um7VK9N2FE&t=3605s>. Acesso em: 20 nov. 2021.
- FARIA, Camila Salles de. **A luta guarani pela terra na metrópole paulistana: contradições entre a propriedade privada capitalista e a apropriação indígena**. 2015, 329 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- ÍNDIOS NA CIDADE. Tabela das etnias da Grande São Paulo. **Índios na Cidade**, 11 ago. 2009. Disponível em: <http://projetoindiosnacidade.blogspot.com/2009/08/tabela-das-etnias-da-grande-sao-paulo.html>. Acesso em: 17 dez. 2011.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Os indígenas no censo demográfico 2010: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça**. Rio de Janeiro, 2012.
- KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- KUARAY WERA, Awa. Fundação Aldeia Multiétnica Filhos desta Terra. **YouTube**, 17 set. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Z8kD7j0v2L8>. Acesso em: 20 nov. 2021.
- LEFEBVRE, Henri. **De l'état**. Paris: Union Générale d'Éditiones, 1973. v. 3.
- LEFEBVRE, Henri. **El materialismo dialectico**. Buenos Aires: Editorial la Pleyade. 1988.
- OLIVEIRA, Robson da Silva. **Território e conflito: comunidade indígena guarani do Pico do Jaraguá-SP**. 2019, 141 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano, Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2019.
- PACHECO DE OLIVEIRA, João (Org.). **A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no nordeste indígena**. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2004.
- PIMENTEL, Spensy et al. **Relatório de identificação e delimitação da Terra Indígena Jaraguá**. Brasília: Funai, 2013.

REBUZZI, Daniele da Costa. Aldeia Maracanã: um movimento contra o índio arquivado. Revista de Antropologia da UFSCAR, São Carlos, v. 6, n. 2, p. 71-86, jul./dez. 2014. Disponível em: http://www.rau.ufscar.br/wp-content/uploads/2016/03/05_rauAO06203.pdf. Acesso em: 1 nov. 2021.

SAITO, Kohei. **O ecossocialismo de Karl Marx**. São Paulo: Boitempo, 2019.

SCOTT, James. **Los dominados e el arte de la resistencia**: discursos ocultos. Cidade do México: Ediciones Era, 2004.

SOUZA, Emerson de Oliveira. **Povos indígenas na metrópole**: movimento, universidade e invisibilidade na maior cidade da América. 2021, 359 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. “No Brasil, todo mundo é índio, exceto quem não é”. **Povos Indígenas no Brasil**, ago. 2006. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/files/file/PIB_institucional/No_Brasil_todo_mundo_%C3%A9_%C3%ADndio.pdf. Acesso em: 16 ago. 2021.

Recebido em: 26/02/2022.

Aceito em: 06/06/2022.